BE NEWS

TERÇA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2022 | ANO 1 | Nº 263 | **TUDO O QUE MOVE O MERCADO** | DIRETOR-PRESIDENTE FABRÍCIO JULIÃO

AERONAUTAS Paralisação causa atrasos e cancelamentos de voos pelo país ▸**p3**

ITAJAÍ Complexo de SC perde operações de contêineres a partir de janeiro ▸**p7**

RODOVIAS Trecho que liga Matopiba ao Porto de Itaqui é revitalizado ▸**p7**

TCU determina que SPA apresente plano de gestão do canal do Porto de Santos

Corte de contas dá prazo de 180 dias para que a Autoridade Portuária elabore estruturação de equipamentos, serviços e controle de tráfego ▸**p6**

EDITORIAL

O desafio de Itajaí

O Porto de Itajaí, o principal de Santa Catarina, se prepara para um grande desafio no início do próximo ano. A partir de janeiro, a instalação marítima da APM Terminals deixará de receber as linhas regulares que navios que vinha atendendo. Os contratos com essas armadoras não conseguiram ser renovados devido à incerteza sobre o acordo de arrendamento de sua área - só firmado no último dia 9.

O diretor-superintendente da APM Terminals Itajaí, Aristides Russi Júnior, explicou que, com o "cenário de incertezas" sobre a permanência de sua instalação no complexo marítimo catarinense, "as linhas que atuavam conosco acabaram migrando para outros portos. Perdemos o timing para garantir que os serviços ficassem". Mas o executivo destacou que "o mais importante agora é olhar para o futuro. Já estamos trabalhando arduamente para recuperar carga e reposicionar Itajaí na rota comercial. Sabemos que será um período extremamente desafiador, mas já passamos por outros momentos como este e superamos".

De acordo com o executivo, no início do ano, continuarão apenas as linhas de navios de carga geral - por exemplo, LCL, carga aérea e veículos.

Segundo o prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, o impasse na permanência da APM Terminals se deve ao "atraso do Governo Federal em realizar o leilão para definição da nova arrendatária (do Porto de Itajaí) para as próximas décadas. Fizemos várias reuniões com os seus diretores (APMT), mas todas as vezes nos informaram que não poderiam manter os trabalhos nas mesmas condições econômicas e financeiras do contrato atual".

Independente de culpados, o fato é que Itajaí perde uma carga estratégica. E agora, sua administração portuária e a operadora do terminal passam a buscar novas mercadorias, disputando com os demais portos brasileiros próximos. Não será tarefa fácil. Caberá à toda comunidade portuária se unir para enfrentar esse período.

De qualquer forma, a solução dessa questão passa por garantir que o complexo marítimo mantenha ou até amplie sua competitividade, atraindo mais cargas. Ou mesmo que adote uma política comercial - e tarifária - mais agressiva.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
Divulgação/SPA

▲ CAPA
6 TCU dá 180 dias para SPA apresentar plano de estruturação de controle de tráfego

HUB
3 Vale planeja cobrir 1,4 km2 de ferrovias com rede privativa de conectividade

NACIONAL
3 Paralisação dos aeronautas causa atrasos e cancelamentos de voos pelo país

4 Greve dos aeronautas não afeta transporte de cargas, diz SNA

Governo aprova processo de relicitação da Eco101

5 Governo contratou R$ 117 bilhões em recursos privados nos últimos 4 anos

REGIÃO SUL
7 Porto de Itajaí perde operações de contêineres a partir de janeiro

REGIÃO NORDESTE
7 Trecho de pista que liga região do Matopiba ao Porto de Itaqui é revitalizado

BE NEWS

www.portalbenews.com.br

Sede
Alameda Campinas, 802, 6° andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas
ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas,
escreva um e-mail para
atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News.
Para isso, inscreva-se em **www.portalbenews.com.br**

PUBLICIDADE
Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br

NACIONAL

LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Conectividade 1
A Vale prepara a expansão de sua rede privativa de conectividade cobrindo sua malha ferroviária. Nessa fase de ampliação, a área atendida com tecnologia LTE (4G) deve ser ampliada em quase mil quilômetros quadrados, chegando a 1,4 mil quilômetros quadrados. As informações foram divulgadas ontem pela gerente executiva de serviços de infraestrutura da Vale, Marcia Costa, em evento sobre tecnologia. Segundo ela, o serviço, a cargo da operadora Vivo, ficará disponível em linhas férreas operadas nas regiões Norte, Sul e Sudeste, além de em 15 complexos minerários.

Conectividade 2
De acordo com Márcia, o acordo firmado com a operadora de telefonia prevê que a mesma área de cobertura privativa contratada pela Vale seja replicada como rede pública nas cidades próximas da operação. Nesse caso, a mineradora garante a infraestrutura civil e elétrica e a Vivo, a colocação dos rádios.

Rio de Janeiro 1
A PortosRio - novo nome da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), a autoridade portuária do estado - passou a integrar a Associação Internacional de Sinalização Marítima (Iala, na sigla em inglês). A estatal brasileira teve seu pedido de filiação aceito na semana passada. A medida é importante devido aos projetos em desenvolvimento pela empresa nos portos do Rio, de Niterói e Itaguaí, especialmente a implementação do VTMIS, sigla em inglês de Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações. A primeira etapa desse programa deve ser concluída no primeiro trimestre do próximo ano.

Rio de Janeiro 2
Segundo o gestor de VTMIS da PortosRio, Marcelo Villas-Bôas, "a participação na Iala é importante para a adoção das melhores práticas relacionadas aos auxílios à navegação e, portanto, para o sucesso do projeto no complexo portuário fluminense".

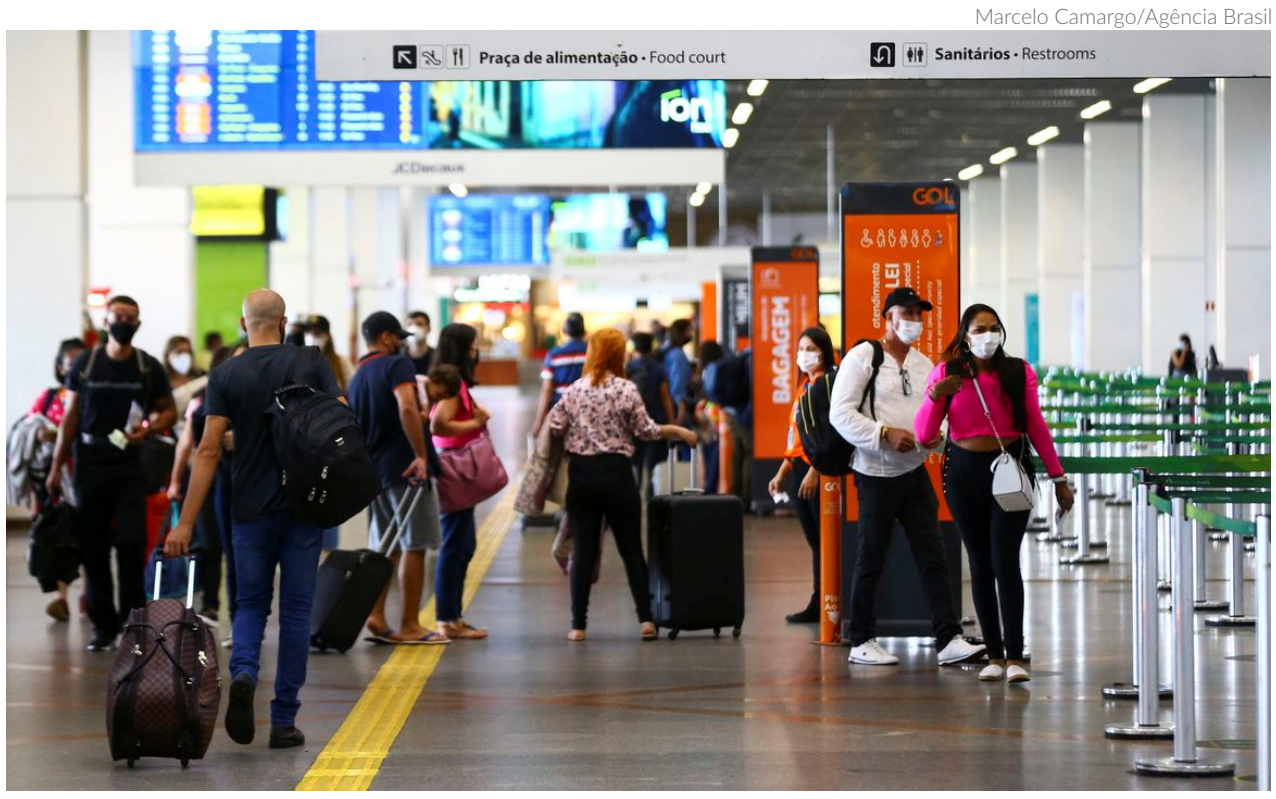
Iniciativa verde
O setor rodoviário brasileiro passou a contar com um projeto para incentivar ações de sustentabilidade, segurança viária e adaptação às mudanças climáticas. Trata-se do Programa Rodoviário BR Verde, instituído pelos ministérios da Infraestrutura e do Meio Ambiente, através da Portaria Interministerial n. 4, publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União, e que é voltado às rodovias administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit) e às concedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Paralisação dos aeronautas causa atrasos e cancelamentos de voos pelo país

Ao menos 60 voos em nove aeroportos foram atrasados e mais de dez foram cancelados devido ao movimento grevista

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A paralisação nos aeroportos teve início às 6h da manhã e se encerrou duas horas depois, causando atrasos e cancelamentos de voos

Pilotos e comissários paralisaram ontem suas atividades nos aeroportos brasileiros. O movimento, que teve início às 6h da manhã e se encerrou duas horas depois, causou atrasos e cancelamentos de voos.

Os aeronautas reivindicam melhores condições de trabalho e reajustes salariais acima da inflação. Segundo a categoria, os profissionais ressaltam que os altos preços das passagens aéreas estão gerando altos lucros para as companhias aéreas e os profissionais estão ficando para trás.

Houve ao menos 60 atrasos e mais de dez cancelamentos de voos pelo país. Por determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a paralisação pode atingir somente 10% dos funcionários das empresas aéreas.

Ao todo, nove aeroportos foram afetados. São eles: Congonhas, Guarulhos, Galeão, Santos Dumont, Viracopos, Porto Alegre, Brasília, Confins e Fortaleza. Aeroportos do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Vitória, Minas Gerais e Goiás também registraram cancelamentos.

Sem acordo
No último domingo, o TST tentou realizar uma mediação com proposta de acordo entre aeronautas e empresas aeroviárias. A proposta chegou a ser aceita pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), mas os aeronautas rejeitaram a proposta para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023.

Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), 76,43% votaram contra a proposta, 22,91% foram favoráveis, e 0,66% se abstiveram. A assembleia aconteceu de forma online com a contagem de 5.767 votantes.

Com a rejeição do acordo, o TST decidiu, portanto, que fosse mantido o efetivo de 90% dos aeronautas em serviço (operando os aviões) durante o período da greve. Também que sejam informados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) os atrasos decorrentes da paralisação prevista pelo SNA.

Sobre a alta dos preços das passagens, o SNEA publicou uma nota afirmando que os valores foram afetados nos últimos anos "por conta de pandemia, conflitos na Europa, desvalorização do real frente ao dólar e aumento do preço do petróleo. O querosene de aviação (QAV) aumentou 118% na comparação com o ano de 2019 e hoje representa mais de 50% dos custos, que por sua vez têm uma parcela de cerca de 60% dolarizada".

Apoios
As notas da SNEA têm apoio da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), que r-presenta institucionalmente as empresas Abaeté, Boeing, Gol, Gollog, Latam, Latam Cargo, Rima, Sideral e Voepass.

Já a Aeroportos do Brasil (ABR), que representa algumas concessionárias, demonstrou preocupação. Segundo a entidade, apesar de os serviços prestados pelas concessionárias de aeroportos não estarem entre os que serão interrompidos pela greve dos aeronautas, a "paralisação afeta diretamente o dia a dia dos terminais. As operadoras estão atentas aos seus desdobramentos com o objetivo de garantir a qualidade da prestação dos serviços aeroportuários".

O SNA, por sua vez, conta com apoio da Usapla (União de Sindicatos e Associações de Pilotos da Latam Airlines, a Alpa (Associação dos Pilotos de Linha Aérea, Internacional) e da Ifalpa (Federação Internacional das Associações de Pilotos de Linha Aérea).

Presidente de sindicato afirma que greve será mantida

O presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Henrique Hacklaender, afirmou que a paralisação da categoria irá continuar nos próximos dias. Ele deu essa declaração ontem, durante live promovida pela entidade.

Segundo Hacklaender, as paralisações irão continuar até que as empresas aéreas atendam as reivindicações da SNA. Entre elas o aumento do salário e melhores condições na jornada de trabalho dos aeronautas.

"Hoje [ontem] foi o primeiro dia e vamos continuar. Esse foi só o primeiro de muitos. Até que a gente encontre uma solução. As empresas precisam alterar a sua forma de tratar os tripulantes. O movimento foi dentro da legalidade", disse.

Ainda de acordo com ele, as paralisações tiveram o apoio dos passageiros. E que os brasileiros concordam que o aumento das passagens está trazendo somente lucros para as empresas aéreas.

"Muitos [passageiros] nos encontraram nos aeroportos e foram receptivos. Se demonstraram cientes das reivindicações e apoiaram o movimento argumentando que eles também estão vendo que os preços das passagens estão extremamente exorbitantes, com as empresas aéreas fazendo abusos e nada sendo repassado ou feito", falou.

NACIONAL

Greve dos aeronautas não afeta transporte de cargas, diz SNA

Reivindicando aumento salarial, categoria deflagrou ato na manhã de ontem (19), das 6 às 8h, em aeroportos de oito cidades

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Divulgação/Governo de SP

Sindicato garante que voos de carga, de órgãos para transplante, enfermos a bordo e vacinas não serão paralisados

O transporte de cargas por meio aéreo não foi afetado pela greve dos aeronautas, na manhã de ontem (19). Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), o serviço não foi interrompido, somente os voos de passageiros. O movimento é por tempo indeterminado.

Pilotos e comissários de voo suspenderam as atividades, das 6 às 8h, nos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Fortaleza, por tempo indeterminado, "devido à frustração das negociações da renovação da Convenção Coletiva de Trabalho".

De acordo com o sindicato da categoria, todas as decolagens iniciaram após às 8h. Mas, os voos com cargas, órgãos para transplante, enfermos a bordo e vacinas não serão paralisados.

"Os aeronautas reivindicam recomposição das perdas inflacionárias, além de ganho real, tendo em vista os altos preços das passagens aéreas que têm gerado crescentes lucros para as empresas. Reivindicam ainda, melhorias nas condições de trabalho para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, como a definição dos horários de início de folgas e proibição de alterações nas mesmas, além do cumprimento dos limites já existentes do tempo em solo entre etapas de voos".

A primeira proposta do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), rejeitada por quase 90% dos votos, atrelava o reajuste salarial pelo INPC à pauta de interesse patronal, como a venda voluntária de folga e a utilização dos dias destinados à ensino a distância para programação de voo.

Na segunda proposta, também rejeitada pelos aeronautas, as empresas admitem conceder o reajuste pelo INPC em todos os itens econômicos, exceto diárias internacionais, além de assegurarem o serviço de hotelaria quando, na execução de escala, os limites de tempo em solo forem excedidos. Também especificaram regramento para antecipação do Passe Livre e propuseram a utilização de sábados, domingos e feriados para o início do gozo das férias. No entanto, os tripulantes entenderam que esta proposta não atende às expectativas e pouco versa sobre a pauta da categoria.

TST

A ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi, determinou a manutenção de 90% dos aeronautas em serviço enquanto durar a greve da categoria. A decisão foi proferida em tutela cautelar antecedente ajuizada pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA) contra o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), em razão da greve.

A ministra determinou ainda que o SNA se abstenha de constranger, dificultar ou impedir o acesso de empregados ao trabalho e de promover qualquer interferência indevida, interdição ou bloqueio de vias ou serviços relacionados ao setor de transporte aéreo. A decisão prevê multa diária de R$ 200 mil em caso de descumprimento.

SNEA

Em comunicado, o sindicato patronal destacou que "ao longo do final de semana foi apresentada uma proposta pelo TST que foi aceita pelas empresas aéreas, mas rejeitada pelos aeronautas. O sindicato acredita que as categorias profissionais podem defender seus interesses por todos os meios legítimos, desde que esgotada a via negocial e observada a legalidade".

Governo aprova processo de relicitação da Eco101

Proposta seguirá para análise do Conselho do PPI para depois voltar aos estudos para nova licitação

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Divulgação/ANTT

Por meio de nota, a Eco 101 afirmou que dará continuidade aos serviços até que uma nova concessionária assuma a gestão da rodovia

O Ministério da Infraestrutura aprovou o pedido de relicitação apresentado pela concessionária Eco101, responsável pela BR-101/ES/BA. A aprovação foi publicada ontem (19) no Diário Oficial da União (DOU). Com a aprovação, a proposta segue para o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) e, havendo manifestação favorável, seguirá posteriormente para a Presidência da República para análise e qualificação do empreendimento no âmbito do PPI.

De acordo com as normas, a relicitação é o procedimento que compreende a extinção amigável do contrato de parceria e a celebração de novo ajuste negocial para o empreendimento, em novas condições contratuais e com novos contratados, mediante licitação promovida para esse fim.

O processo de relicitação já havia sido aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no início do mês. Na ocasião, o órgão atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação apresentado pela concessionária Eco101. A concessionária administra 478,7 quilômetros da BR-101, entre a cidade de Mucuri, no sul da Bahia e a divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro,

A empresa assumiu a rodovia em 2013 e o contrato previa a duplicação de toda a via até o fim da concessão, que era de 25 anos. Portanto, deveria acabar em 2038. Segundo a Eco101, ao longo dos nove anos de administração da rodovia foram investidos R$ 2,3 bilhões em obras de melhoria e manutenção e sete praças de pedágio foram instaladas.

Em seu pedido de relicitação, a Eco 101 alegou que a devolução ocorre por dificuldades para obtenção do licenciamento ambiental e financiamentos e na demora nos processos de desapropriações e desocupações.

Também afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU) alterou o contrato de concessão, criando mais deveres sem respaldo financeiro, aumentando os problemas na concessão. Além disso, foi proibida de pedagiar trechos e o agravamento do cenário econômico trouxe problemas para que a concessão se tornasse saudável.

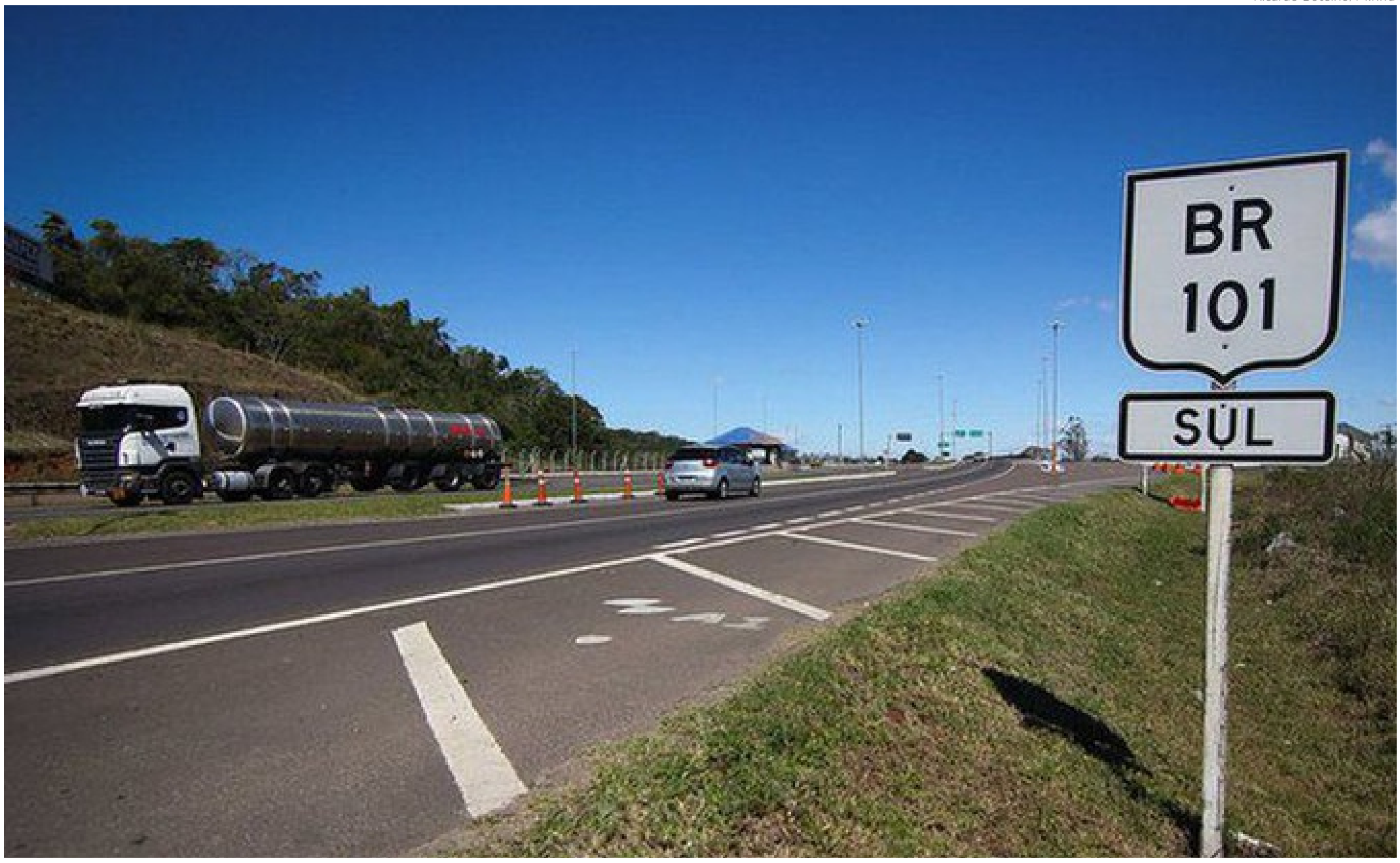
Por nota, a Eco 101 reiterou que o processo de relicitação assegura a continuidade dos serviços até que uma nova concessionária assuma a gestão da rodovia e disse que vai manter toda a operação e os serviços já prestados hoje ao usuário.

REGIÃO NORDESTE

Governo contratou R$ 117 bilhões em recursos privados nos últimos 4 anos

De acordo com o levantamento apresentado, somando público e privado, foram 364 empreendimentos de infraestrutura realizados entre 2019 e 2022

Ricardo Botelho/MInfra



Foram contratados R$ 50 bilhões em investimentos privados com as sete concessões rodoviárias entre 2019 e 2022

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O Governo Federal contratou R$ 117 bilhões de recursos privados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Os dados foram divulgados na última semana pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra).

Ainda segundo o levantamento, foram 364 empreendimentos de infraestrutura concluídos no país e entregues durante o período. As intervenções representam mais de R$20 bilhões em investimentos.

O maior número de empreendimentos entregues foi no modal rodoviário: 262 intervenções concluídas no período analisado, com aplicação de recursos na ordem dos R$ 13,5 bilhões. Segundo o Minfra, foram solucionados gargalos logísticos em vias que há anos não recebiam investimentos, como a BR-163/230/MT/PA, que teve a pavimentação totalmente executada em dois anos e o contrato de concessão firmado em abril; e a integração entre Rondônia e Acre, com a construção de ponte sobre o Rio Madeira.

Além disso, foram contratados R$ 50 bilhões em investimentos privados com as sete concessões rodoviárias. As de maior destaque foram os sistemas rodoviários formados pela Nova Dutra com a Rio-Santos, com mais de R$ 14 bilhões em investimentos previstos, e Rio-Valadares, que teve R$ 11,3 bilhões contratados.

Segundo o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, o alto volume de obras e concessões se deu pela visão empregada dentro do órgão de conclusão dos empreendimentos em um ambiente de restrição orçamentária.

"Desde o primeiro dia da gestão, encaramos a infraestrutura como questão de Estado. Isso nos fez retomar e concluir obras paradas, executar novas intervenções e buscar parcerias para atrair o investimento privado, fazendo frente aos desafios impostos pelas restrições orçamentárias que enfrentamos nesses quatro anos", disse.

No ambiente regulatório, o destaque para o setor rodoviário foi o lançamento do Documento de Transporte eletrônico (DT-e). A nova tecnologia permitiu a unificação de cerca de 20 documentos que são exigidos para operações de transporte de carga no país. Futuramente o DT-e buscará abarcar outros modais de transporte, em especial, o hidroviário.

Portos

Ainda segundo o levantamento, o setor portuário foi um dos modais que mais avançaram ao longo da gestão. Foram realizados 36 arrendamentos, com contratação de mais de R$ 6 bilhões em investimentos.

O grande destaque da gestão fica para a conclusão da primeira desestatização portuária da história, a da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), leiloada com os portos de Vitória e de Barra do Riacho (ES).

O negócio assegurou R$850 milhões em investimentos privados para os próximos 35 anos de contrato, sendo R$ 335 milhões em novas instalações e melhorias e R$ 515 milhões em obras de manutenção, como de dragagem dos canais de acesso aos terminais. Obras de manutenção e modernização de outros ativos do modal totalizaram R$ 3 bilhões.

No ambiente regulatório do setor chamou atenção a aprovação do Programa de Incentivo à Cabotagem, o BR do Mar. O objetivo da nova Lei é flexibilizar o afretamento de embarcações estrangeiras para serem usadas no transporte de cargas na cabotagem brasileira, ou seja, na navegação realizada entre portos ou pontos do território nacional.

Aviação

Outro destaque apontado pelo levantamento está no setor de aviação e a transferência maciça de aeroportos à gestão privada. Dos 59 aeroportos concedidos no país, 49 foram leiloados durante a atual gestão. O resultado é a contratação de R$21 bilhões em recursos privados para a manutenção e a modernização desses terminais.

No cenário de regulação a aviação ganhou a "Lei do Voo Simples", que reformula a legislação sobre aviação civil. As principais mudanças trazidas pela medida tratam da revisão de toda a tabela e valores da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC), reduzindo de 342 para 25 fatos geradores. Esses fatores são compostos por índices de complexidade, barateando os serviços considerados mais simples e criando valores mais justos para os mais complexos.

O texto também altera o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), para simplificar exigências de cadastro de aeronaves consideradas menos complexas. Para isso, revoga dispositivos procedimentais para obtenção do registro, além de unir alguns requisitos para facilitar a compreensão das exigências legais e normativas.

Ferrovias

No setor ferroviário, o levantamento coloca que o programa de concessões e renovações no setor ferroviário movimentou R$ 43,7 bilhões em investimentos. A Ferrovia Norte-Sul (FNS) e a Ferrovia Oeste-Leste (Fiol 1) foram concedidas em 2019. Ao longo da gestão, também houve a renovação antecipada dos contratos com a Rumo Malha Paulista, Estrada de Ferro Carajás, MRS Logística SA e Estrada de Ferro Vitória-Minas, a qual possibilitou pelo até então inédito mecanismo de investimento cruzado, o início das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico I).

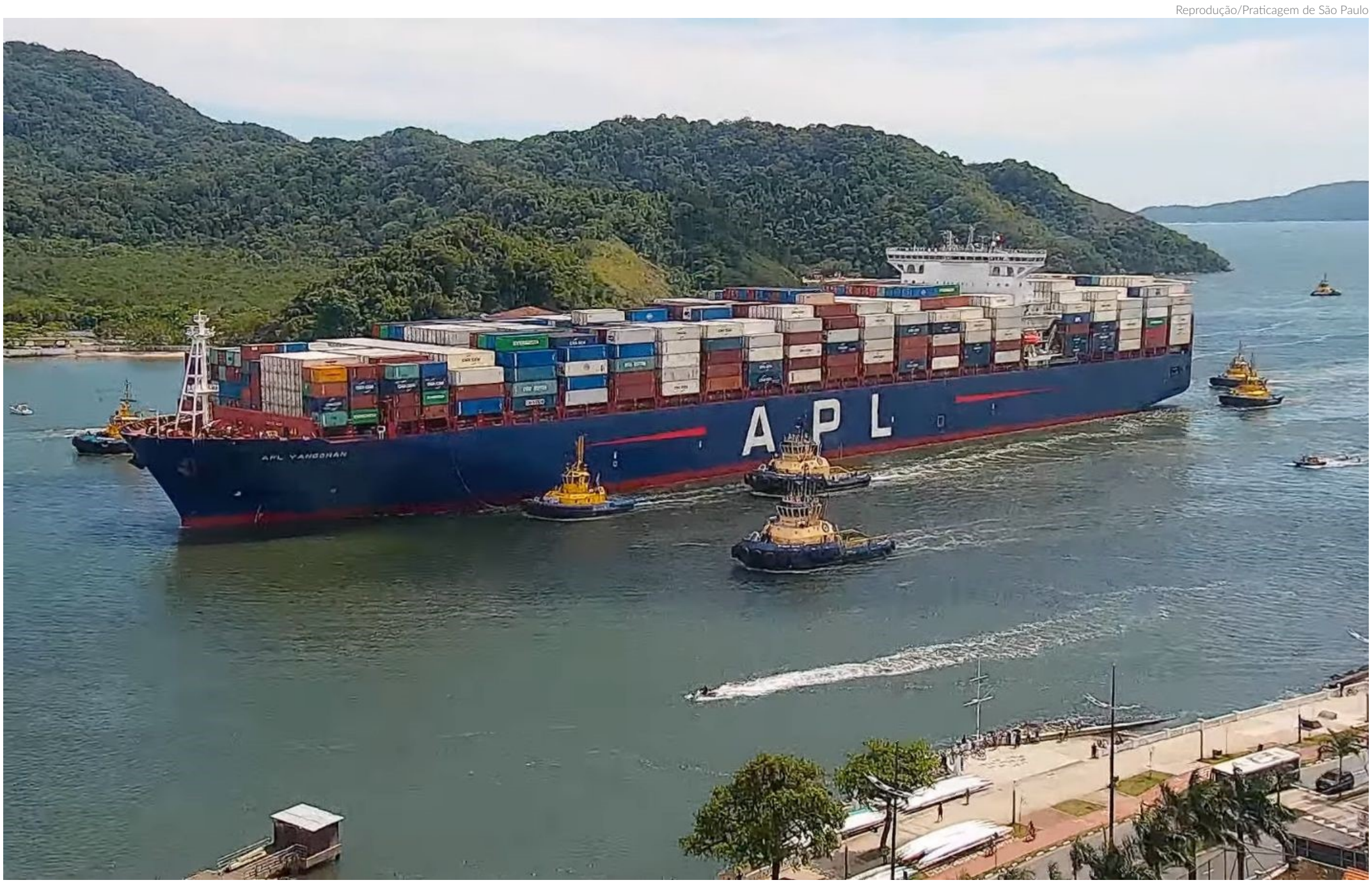
Na regulação o destaque fica para a aprovação da Lei das Ferrovias. A norma possibilita a modalidade de autorizações para o setor. Até o momento foram 32 empreendimentos ferroviários autorizados. Segundo o governo, caso sejam implantados, resultarão na implantação de 11 mil km de novos trilhos em 15 unidades da Federação, com investimentos privados na ordem dos R$150 bilhões.

REGIÃO SUDESTE

TCU dá 180 dias para SPA apresentar plano de estruturação de controle de tráfego

Determinação resulta de auditoria que avaliou a supervisão das autoridades portuárias junto aos serviços de praticagem nos portos

Reprodução/Praticagem de São Paulo



A SPA terá que apresentar um plano de ação, de forma a assegurar que a gestão do canal de navegação do porto seja realizada diretamente pela Autoridade Portuária

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Santos Port Authority (SPA), empresa que administra o Porto de Santos (SP), tem prazo de 180 dias para apresentar um plano de estruturação de equipamentos, serviços e controle de tráfego. A determinação é do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conforme a decisão do tribunal, a SPA terá que apresentar um plano de ação para que se estruture com equipamentos, sistemas e pessoal qualificado, de forma a assegurar que a gestão do canal de navegação do porto seja realizada diretamente pela Autoridade Portuária. O tribunal também fez recomendações ao Ministério da Infraestrutura.

A determinação é fruto de auditoria operacional realizada pelo TCU junto a todas as autoridades portuárias. Foi verificado se a gestão e a operação da autoridade portuária (AP) exercidas sobre a infraestrutura e as atividades contribuem para a adequada operação dos serviços de praticagem nos portos. Foi analisado ainda se a regulação técnica exercida pela autoridade marítima (AM) sobre a praticagem viabiliza um serviço eficiente, seguro, contínuo e com qualidade. Por fim, foi verificado se o arranjo institucional e comercial para prestação de serviços de praticagem adotado no Brasil induz à eficiência e à transparência no setor de transporte aquaviário.

O tribunal constatou que as Autoridades Portuárias, por falta de recursos financeiros ou dificuldades na gestão, não investem adequadamente em equipamentos, serviços e sistemas de controle de tráfego de forma a aumentar a eficiência, a segurança marítima e, consequentemente, apoiar a atuação da praticagem.

Também a regulação técnica exercida pela AM necessita de aperfeiçoamento quantos aos aspectos relacionados à participação dos interessados, transparência e motivação das decisões. Diante das características de contratação e de prestação obrigatória deste serviço essencial, foi constatado monopólio na oferta dos serviços de praticagem, potencializado pela instituição da escala de rodízio única pela Normam-12/DPC.

> O TRIBUNAL CONSTATOU QUE AS AUTORIDADES PORTUÁRIAS, POR FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS OU DIFICULDADES NA GESTÃO, NÃO INVESTEM ADEQUADAMENTE EM EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E SISTEMAS DE CONTROLE DE TRÁFEGO DE FORMA A AUMENTAR A EFICIÊNCIA, A SEGURANÇA MARÍTIMA E, CONSEQUENTEMENTE, APOIAR A ATUAÇÃO DA PRATICAGEM

"A atividade de praticagem no Brasil é reconhecida internacionalmente como de excelente qualidade e com baixo índice de acidentes, mas o tribunal observou exercício de posição dominante por parte dos práticos, com aumentos nos preços cobrados. Alguns desses preços têm, inclusive, reajustes acima dos índices de referência, com o uso de mais de um prático em manobras", informou o TCU.

A unidade técnica do TCU responsável pela fiscalização foi a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária. O relator do processo é o ministro do TCU, Bruno Dantas.

SPA

A Santos Port Authority disse, em nota, que "não foi notificada sobre a decisão. Não obstante, a SPA preza pela excelência da governança pública em seus projetos e cumprirá todas as orientações dos órgãos de controle".

Ministério da Infraestrutura

O Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, comunicou que "acompanha as ações empreendidas pela Autoridade do Porto de Santos (SPA) e vai trabalhar para garantir o cumprimento do prazo estabelecido pela Corte de Contas, sempre prezando pela boa governança e pelo interesse público".

Praticagem do Brasil

Procurada, a Praticagem do Brasil respondeu em nota que "em audiência pública realizada pelo TCU antes do acórdão dos ministros, contestou os dados da fiscalização e conseguiu demonstrar que os preços da atividade no Brasil são no mesmo patamar ou na maioria das vezes inferiores aos praticados internacionalmente, segundo estudo realizado em 2021 pelo Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), referência no setor".

REGIÃO SUL

Porto de Itajaí perde operações de contêineres a partir de janeiro

Incerteza sobre a permanência da APM Terminals no complexo fez armadoras migrarem suas linhas regulares para outros portos

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Divulgação/APM Terminals

A APM Terminals Itajaí SA responde por 100% da movimentação de contêineres no Porto de Itajaí

O Porto de Itajaí (SC) perderá toda a sua operação de contêineres a partir de janeiro. Isso porque o terminal da APM Terminals deixará de receber as linhas regulares de navios desse segmento devido às incertezas sobre a sua permanência no cais de Itajaí em 2023. A companhia firmou contrato provisório de arrendamento dando continuidade às suas operações somente no último dia 9, mas já era tarde para reverter a situação em curto prazo.

"Diante do cenário de incertezas sobre a permanência da APM Terminals em Itajaí, as linhas que atuavam conosco acabaram migrando para outros portos. Perdemos o timing para garantir que os serviços ficassem, porém o mais importante agora é olhar para o futuro. Já estamos trabalhando arduamente para recuperar carga e reposicionar Itajaí na rota comercial. Sabemos que será um período extremamente desafiador, mas já passamos por outros momentos como este e superamos. Vamos precisar contar com o apoio de todos nessa jornada", declarou o diretor-superintendente da APM Terminals Itajaí, Aristides Russi Junior.

"Nesse momento, o que podemos afirmar é que começaremos 2023 com serviços acessórios, que são, por exemplo, LCL e carga aérea, além de linhas e RoRo (carros), mas sem linhas de contêineres", esclareceu o executivo.

A APM Terminals Itajaí SA responde por 100% da movimentação de contêineres no Porto de Itajaí e sua eventual saída poderia causar um desequilíbrio econômico-financeiro local.

Em vídeo publicado em sua conta no Instagram, o prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, atribui o impasse na permanência ou não da APM Terminals ao "atraso do Governo Federal em realizar o leilão para definição da nova arrendatária (do Porto de Itajaí) para as próximas décadas. Fizemos várias reuniões com os seus diretores (APMT), mas todas as vezes nos informaram que não poderiam manter os trabalhos nas mesmas condições econômicas e financeiras do contrato atual", declarou.

Em 1º de novembro, a empresa havia confirmado que cumpriria o contrato atual até o seu encerramento no dia 31 deste mês, e não renovaria o arrendamento.

Antes disso, em agosto, após a APM Terminals manifestar que não pretendia renovar o contrato de arrendamento, a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) publicou dois processos seletivos simplificados visando selecionar a melhor proposta para exploração do terminal de contêineres ("A", berços 1 e 2) e os berços 3 e 4, de carga geral. Segundo a SPI, as seleções foram abertas porque o edital de leilão para a desestatização do Porto de Itajaí não foi lançado em junho pelo Ministério da Infraestrutura, conforme estava previsto.

A CTIL Logística Ltda. venceu o certame para o arrendamento transitório do terminal de contêineres (área "A"). Porém, os dois processos seletivos foram cancelados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que, após análise dos documentos, alegou potencial violação do interesse público nas operações.

Então, em 10 de novembro, a diretoria da APM Terminals voltou atrás e anunciou o aumento de sua proposta inicial em 460%, do valor mensal de R$ 500.000,00 para R$2.300.000,00. A SPI aceitou e o contrato provisório foi formalizado no dia 9 de dezembro. "Gostaria de dizer que, assim como recuperamos o porto em 2017, vamos fazer o mesmo agora. Após resolver o problema causado pelo Governo Federal em definir a nova arrendatária, concluir o leilão que está em curso, começaremos a recuperar imediatamente o faturamento do nosso terminal", disse o prefeito.

"Eu, pessoalmente, estou trabalhando junto à APM Terminals para trazer de volta e manter linhas no nosso terminal. Temos previsão, para janeiro, de cargas de cabotagem, carros, celulose, ferro e outras. Isso sem falar dos transatlânticos de passageiros, que já estão ancorando em nosso porto e movimentando a nossa economia. É a maior temporada de cruzeiros da história de Itajaí", finalizou Morastoni.

Procurado para comentar sobre as declarações do prefeito de Itajaí, o Ministério da Infraestrutura não retornou até o fechamento desta matéria.

> "NESSE MOMENTO, O QUE PODEMOS AFIRMAR É QUE COMEÇAREMOS 2023 COM SERVIÇOS ACESSÓRIOS, QUE SÃO, POR EXEMPLO, LCL E CARGA AÉREA, ALÉM DE LINHAD E RORO (CARROS), MAS SEM LINHAS DE CONTÊINERES"
>
> **ARISTIDES RUSSI JUNIOR**
> diretor-superintendente da APM Terminals Itajaí

REGIÃO NORDESTE

Trecho de pista que liga região do Matopiba ao Porto de Itaqui é revitalizado

Foram investidos R$ 11 milhões em serviços de micro revestimento e sinalização

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Divulgação/Dnit

O Dnit concluiu no fim do mês passado a revitalizaçãode 59 quilômetros de pista na BR-135, no Maranhão

O Ministério da Infraestrutura, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), entregou no fim do mês passado, a revitalização de 59 quilômetros de pista na BR-135, no Maranhão. Segundo o órgão, foram investidos R$ 11 milhões em serviços de micro revestimento e sinalização horizontal nas duas pistas do ramal principal da rodovia - obras que refletem em uma melhora ao acesso ao Porto do Itaqui, em São Luís, capital maranhense.

A BR-135 é uma rodovia longitudinal que liga o meio-norte do Brasil a Belo Horizonte (MG), e é o único meio de acesso terrestre a São Luís.

A revitalização da rodovia facilita o escoamento da produção agrícola da região do Matopiba – que cruza Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – até o Porto do Itaqui.